programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO HOJE

Ricardo Antunes[1]

Este texto pretende, por um lado, desenvolver alguns significados e dimensoes das mudanças em curso no mundo do trabalho, bem como algumas das consequências (teóricas e empíricas) que se desdobram a partir destas transformações, tais como a pertinência e a validade, no mundo contemporâneo, do uso da categoria *trabalho.*

I

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países do terceiro mundo dotados de uma industrialização intermediária, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe

---

[1]Professor Livre Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Publicou recentemente os livros *ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as Metamorfoses e a* Centralidade *do Mundo do Trabalho*, (Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995) e *O NOVO SINDICALISMO NO BRASIL* (Ed. Pontes, 1995)

operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização*, *complexificação* e *fragmentação* do trabalho.

As evidências empíricas, presentes em várias pesquisas, não nos permitiram concordar com a tese da supressão ou eliminação da classe trabalhadora sob o capitalismo avançado, especialmente quando se constata o alargamento das múltiplas formas precarizadas de trabalho. Isso sem mencionar o fato de que parte substancial da *classe-que-vive-do-trabalho* encontra-se fortemente radicada nos países intermediários e industrializados como Brasil, México, India, Rússia, China, Coréia, entre tantos outros, onde esta classe desempenha atividades centrais no processo produtivo.

Ao invés do *adeus ao proletariado*, temos um amplo leque diferenciado de grupamentos e segmentos que compõem a *classe-que-vive-do-trabalho*. (Ver Antunes: 1995)

A década de 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e

política. Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacinamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*.

Década de grande salto tecnológico, a automação e as mutações organizacionais invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neo-fordismo e neo-taylorismo), sendo que em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa do "toyotismo" nos permite constatar. Novos processos de trabalho emergem, onde o cronometro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os "processos de qualidade total" são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado

e do terceiro mundo industrializado. O "toyotismo" penetra, mescla-se ou mesmo substitui, em várias partes, o padrao taylorismo-fordismo. (Sobre esta polêmica ver, entre outros, Murray, 1983; Sabel e Piore, 1984; Clarke, 1991; Annunziato, 1989; Harvey, 1992; Coriat, 1992a e 1992b; Gounet,1991 e 1992). Presenciam-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase.

Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menos escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, étnicas etc, dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no trabalho. A crise atinge ainda fortemente o universo da consciência, da subjetividade dos trabalhadores, das suas formas de representação, das quais os sindicatos são expressão. (Ver Antunes; 1995) Quais foram as conseqüências mais evidentes e que merecem maior reflexão? A classe que vive do trabalho estaria desaparecendo? (Gorz, 1982)

Começamos inicialmente afirmando que se pode presenciar uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho

industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Pode-se presenciar também um significativo processo de subproletarização intensificado, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se uma expressiva "terceirização" do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Em síntese: houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho.

Vamos dar alguns exemplos destas tendências, deste múltiplo processo presente no mundo do trabalho. Comecemos pela questão da desproletarização do trabalho manual, fabril, industrial. Tomemos o caso da França: em 1962, o contingente operário era de 7.488.000. Em 1975, esse número chegou a 8.118.000 e em 1989 reduziu-se para 7.121.000. Enquanto em 1962 ele representava

39% da população ativa, em 1989 esse índice baixou para 29,6%.(Bihr, 1990; 1991, 87/108)

Pode-se dizer que "nos principais países industrializados da Europa Ocidental, os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos 40. Hoje, sua proporção se situa próxima dos 30%. Se prevê que baixará a 20 ou 25% no começo do próximo século". (Gorz, 1990b e 1990) Estes dados evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer especialmente em função da automação, da robótica e dos múltiplos processos de flexibilização. (Desenvolvemos mais detalhadamente estas tendências em Antunes; 1995)

Há, paralelamente à essa tendência, uma significativa expansão, heterogeneização e complexificação da classe-que- vive-do-trabalho, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial etc. A título de ilustração: tomando-se o período de 1982 a 88, enquanto deu-se na França uma redução de 501.000 empregos por tempo completo , houve o aumento de 111.000 empregos em tempo parcial. (Bihr,1990; 1991,88/89) Ou seja, enquanto em vários países de capitalismo ocidental avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das

formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários.

Gorz acrescenta que aproximadamente 35% a 50% da população ativa britânica, francesa, alemã e americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, dando a dimensão daquilo que correntemente se chama de sociedade dual. (Gorz, 1990a e 1990)

Do incremento da força de trabalho que se sub-proletariza, um segmento expressivo é composto por mulheres. Dos 111.000 empregos parciais gerados na França entre 1982/88, 83% foram preenchidos pela força de trabalho feminina. (Bihr, 1990; 1991, 89) Pode-se dizer que o contingente feminino tem se expandido em diversos países onde a força de trabalho feminina representa, em média, cerca de 40% ou mais, do conjunto da força de trabalho.

Do mesmo modo, tem-se um intenso processo de assalariamento do setor de serviços, o que levou à constatação de que nas "pesquisas sobre a estrutura e as tendências de desenvolvimento das sociedades ocidentais altamente industrializadas encontramos, de modo cada vez mais freqüente, sua caracterização como 'sociedade de serviços'. Isso se refere ao crescimento absoluto e relativo do 'setor terciário', isto é, do 'setor de serviços'". (Offe, Berger; 1991, 11)

Há, entretanto, outras conseqüências importantes que são decorrentes da revolução tecnológica: paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho. A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante - ou, em outras palavras, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto - oferece, como tendência, a possibilidade da conversão do trabalhador em supervisor e regulador do processo de produção, conforme a abstração marxiana presente nos GRUNDRISSE. (Marx, 1972) Porém , uma leitura desta passagem permite constatar que, para Marx, havia a impossibilidade desta tendência ser plenamente efetivada sob o capitalismo, dada a vigência da lei do valor. (Idem, Marx, 1972; 227/9) Portanto, sob o impacto tecnológico há uma possibilidade levantada por Marx, no interior do processo de trabalho, que se configura pela presença da dimensão mais qualificada em parcelas do mundo do trabalho, pela intelectualização do trabalho no processo de criação de valores, realizado pelo conjunto do trabalho social combinado. O que permitiu Marx dizer que "com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário industrial, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do

processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos - este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor *(manager)*, engenheiro *(engineer)*, técnico etc, outro, como capataz *(overloocker)*, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente *(materialiter)* e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador - simples elo desse trabalho coletivo- esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto." (Marx, 1978; 71/72)

Isso evidencia que, mesmo na contemporaneidade, "a compreensão do desenvolvimento e da auto-reprodução do modo de produção capitalista é completamente impossível sem o conceito de capital social total... Do mesmo modo é completamente impossível compreender os múltiplos e

agudos problemas do trabalho, tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado, sem que se tenha sempre presente o necessário quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre capital social total e a totalidade do trabalho." (Mészáros, 1989; 17) Claro que este antagonismo é particularizado em função das circunstâncias sócio-econômicas locais, da inserção de cada país na estrutura global da produção de capital e da maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global. (Idem, 1989; 17)

Por tudo isso, falar em supressão do trabalho sob o capitalismo, parece carente de maior fundamentação, empírica e analítica, evidencia maior quando se constata que 2/3 da força de trabalho se encontra no Terceiro Mundo industrializado e intermediário (nele incluído a China) e onde as tendências apontadas tem um ritmo particularizado.

O que de fato parece ocorrer é uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais), uma alteração qualitativa que é bipolar: (o trabalhador torna-se, em alguns ramos, mais qualificado, "supervisor e vigia do processo de produção"). No outro extremo da bipolarização, tem-se a constatação de que desqualificou-se intensamente em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro e metalúrgico. Há, portanto, uma metamorfose no universo

do trabalho, que varia de ramo para ramo, de setor para setor, etc, que configura um processo contraditório que qualifica em alguns ramos e desqualifica em outros.(Lojkine; 1990 e Freyssenet;1989) Portanto, complexificou-se, heterogeneizou-se e fragmentou-se ainda mais o mundo do trabalho.

Pode-se constatar, portanto, de um lado um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário etc. Se é possível dizer que a primeira tendência seria mais coerente e compatível com o avanço tecnológico, a segunda tem sido uma constante no capitalismo dos nossos dias, dada a sua lógica destrutiva, o que mostra que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível visualizar, nem mesmo num universo mais distante, a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho.

II

Estas indicações feitas acima, de maneira sintética, nos permitem, nesta segunda parte deste ensaio, problematizar algumas teses presentes nos críticos da "sociedade do trabalho", bem como oferecer um esboço analítico para o entendimento desta problemática. De qual crise da "sociedade do trabalho" se trata? Há

uniformidade, quando se trata de desenhar esta análise crítica?

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social

entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros). No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto.

A variante crítica, que *minimiza* e em alguns casos acaba concretamente por negar a prevalência e a centralidade da lógica capitalista da sociedade contemporânea defende, em grande parte de seus formuladores, a recusa do papel central do trabalho, tanto na sua dimensão abstrata, que cria valores de troca - pois estes já não seriam mais decisivos hoje - quanto na sua dimensão concreta, uma vez que esta não teria maior relevância na estruturação de uma sociabilidade emancipada e de uma vida cheia de sentido. Quer pela sua qualificação como sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista, quer pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o estado, nossa sociedade comtemporânea, menos mercantil, mais contratualista ou

até mais consensual, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital. Habermas faz a síntese mais articulada desta tese: "A utopia da sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva... Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes `indicações da força objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral´". E, depois de referir-se favoravelmente à obra de Gorz, acrescenta: "Coração da utopia, a emancipação do trabalho heterônomo apresentou-se, porém, sob outra forma no projeto sócio-estatal. As condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade." (Habermas, 1987: 106/7) Embora Habermas refira-se à dimensão abstrata do trabalho, evidencia-se, nesta vertente interpretativa, que o trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem no universo da sociedade contemporânea, como trabalho abstrato, nem como fundamento de uma "utopia da sociedade do trabalho", como trabalho concreto, pois "os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação." (Habermas, 1987; 114)

Cremos que sem a precisa e decisíva incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira una um fenômeno que tem dupla dimensão.

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não nos parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras: uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua dupla dimensão, resta identifica-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado. A conseqüência que disto decorre é,

então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do tempo livre, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Nossa hipótese é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho: um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Esta não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os sub-empregados etc, podem somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto classe, constituirem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Esta possibilidade depende, evidentemente, das circunstâncias sócio-econômicas locais; da posição relativa de cada país na estrutura global da produção de capital; da maturidade relativa do desenvolvimento

sócio-histórico global." (Mészáros, 1987; 51/52), bem como da própria subjetividade dos seres sociais que vivem do trabalho, de seus valores políticos, ideológicos, culturais, etc.

Ao contrário, portanto, da afirmação do fim do trabalho ou da classe trabalhadora há um outro ponto que nos parece mais pertinente, instigante e de enorme importância: nos embates desencadeados pelos trabalhadores e os segmentos socialmente excluídos, que o mundo tem presenciado, é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais "estável" e que têm, conseqüentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados? Sabe-se que aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnológico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anticapitalista. (Mallet, 1973;) Mas, contraditoriamente, estes setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento e subordinação por parte do capital, da qual a

tentativa de manipulação elaborada pelo toyotismo é a melhor expressão, ou têm sido responsáveis, muitas vezes, por ações que se pautam por concepções de inspiração neocorporativa. Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc, que denominamos subproletariado, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. (Gorz, 1982; 1990; 1990a). Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, especialmente nesta primeira metate da década de 90, como a explosão de Los Angeles, as inúmeras greves ampliadas dos trabalhadores europeus, entre tantas outras, muitas vezes mesclando elementos destes dois pólos da "sociedade dual", constituem-se em importantes exemplos destas novas confrontações.

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da

alemã à norte-americana, para não falar do Terceiro Mundo, apesar das sua diferenças, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, à individualidade emancipada, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que este desenvolvimento das capacidades humanas não produziu necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, mas, ao contrário, "pode desfigurar, aviltar etc, a personalidade humana"... Isto porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", pode também "neste processo, sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)." (Lukács, 1981; 562)

A presença de bolsões de pobreza no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social,

das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado exclusivamente para a criação de valores de troca, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes e diretos das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada, para o ser social que trabalha. Evidencia-se, desse modo, que o estranhamento é um fenômeno exclusivamente histórico-social, que em cada momento da história se apresenta de formas sempre diversas, e que por isso não pode ser jamais considerada como uma condition humaine, como um traço natural do ser social.(Lukács; 1981; 559)

Sabe-se que as diversas manifestações de estranhamento atingiram, na contemporaneidade, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constante induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos, operando-se uma enorme redução das necessidades do ser social que trabalha. (Heller, 1978;64/65)

Cremos - ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do fenômeno social do

estranhamento (ou "alienação", como é costumeiramente denominada) na sociedade contemporânea - que as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações experimentadas, não eliminaram os condicionantes básicos deste fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as diversas manifestações do estranhamento e das fetichizações, tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea.

Portanto, contrariamente às formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre as classes, é possível reconhecer, na sociedade contemporânea, a persistência dos antagonismos entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, sua inserção na estrutura produtiva global etc, bem como traços da cultura, gênero, etnia, etc. Dado o caráter mundializado e globalizado do capital, torna-se necessário apreender também as particularidades e singularidades presentes nos confrontos entre as classes sociais, tanto nos países avançados, quanto naqueles que não estão diretamente no centro do sistema - e da qual fazem parte uma gama significativa de países intermediários e industrializados, como o Brasil. Mas isso nos alongaria em demasia e está além dos limítes deste texto.

BIBLIOGRAFIA

ANNUNZIATO, Frank. (1989) "Il Fordismo nella Critica di Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea", Critica Marxista, n. 6, 1989,Itália.

ANTUNES, R. (1994) Adeus ao Trabalho?, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, SP, 1995.

BIHR, Alain. (1990) "Le Prolétariat Dans Tous Ses Éclats", Le Monde Diplomatique (xerox).

____________. (1991) Du "Grand Soir" a L'Alternative" (Le Mouvement Ouvrier Européen en Crise), Les Editions Ouvrieres, 1991, Paris.

CLARKE, Simon. (1991) "Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia?", Lua Nova, n. 24, Cedec, S.P.

CORIAT, Benjamin. (1992a) El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Massa en la Era de la Electrónica), Siglo XXI, México/Espanha.

________________. (1992b) Pensar al Revés (Trabajo y Organización en la Empresa Japonesa), Siglo XXI, México/Espanha.

FREYSSENET, Michel. (1989) " A Divisão Capitalista do Trabalho", Tempo Social, Dossiê organizado por Hirata, H. USP, Vol. I. n. 2, SP.

GORZ, Andre.(1982) Adeus ao Proletariado, Forense, R.J.

___________ .(1990) "The New Agenda", *New Left Review*, n. 184, Londres.

___________ .(1990a) "Pourquoi La Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets", *Le Monde Diplomatique*, 22/junho/ 1990.

___________ .(1990b) "O Futuro da Classe Operária", *Revista Internacional*, *Quinzena*, n. 101, 16 de setembro de 1990, CPV, S.P.

GOUNET, Thomas. (1991) "Luttes Concurrentielles et Stratégies D'accumulation dans L'industrie Automobile, *Etudes Marxistes*, n. 10, maio de 1991, Bélgica.

___________ .(1992) "Penser à L'envers...Le Capitalisme", Dossier Toyotisme, *Etudes Marxistes*, n. 14, maio de 1992, Bélgica.

HABERMAS, J. (1987) "A Nova Intransparência", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, setembro de 1987, S.P.

HARVEY, David. (1992) A Condição Pós-Moderna, Ed. Loyola, São Paulo.

HELLER, AGNES_ (1978) Teoria de las Necesidades en Marx, Ed. Peninsula, Espanha.

KURZ, Robert. (1992) O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial), Paz e Terra, S.P.

LOJKINE, Jean.(1990) A Classe Operária em Mutações. Oficina de Livros, SP.

LUKACS,G. (1981) Ontologia Dell'Essere Sociale II, Volumes 1 e 2, Ed. Riuniti, Roma.

MALLET, S. (1973) The New Working Class, Spokesman Books, England.

MARX, Karl. (1972) Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse) 1857-58, Vol. II, Siglo XXI Editores, México.

______________. (1978) *Capítulo VI* (Inédito), Ed. Ciências Humanas, SP.

MÉSZAROS, István. (1987) A Necessidade do Controle Social, Ensaio, S.P.

________________.(1989) Produção Destrutiva e Estado *Capitalista*, Ensaio, S.P.

MURRAY, Fergus. (1983) "The Descentralisation of Production- The Decline of the Mass-Collective Worker?", *Capital & Class*, n. 19, Londres.

OFFE, C. (1989) "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", Trabalho & Sociedade, Vol. I, *Tempo Brasileiro*, R.J.

OFFE, Claus e BERGER, Johannes. (1991) "A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços", OFFE, C., Trabalho & Sociedade, Vol II, *Tempo Brasileiro*, R.J.

SABEL, C, e PIORE, M. (1984) The Second Industrial Divide, Basic Books, Nova York.

SCHAFF, Adam. (1990) A Sociedade Informática, Editora Brasiliense/Unesp, S.P.